

MUNDOPOÉTICA

geopolíticas do literário

organização
Cinara Ferreira
Andrei Cunha

CLASS

MUNDOPOÉTICA

geopolíticas do literário

Andrei dos Santos Cunha
Cinara Antunes Ferreira
organização

2020

CLASS

Todos os direitos desta edição reservados.

Copyright © 2020 da edição:
Andrei Cunha
Cinara Ferreira
Copyright © 2020 dos capítulos:
Seus autores

Coordenação editorial

Roberto Schmitt-Prym

Conselho editorial

Antonio David Cattani
Claudio Vescia Zanini
Daniela Pinheiro Machado Kern
Demetrius Ricco Ávila
Elaine Barros Indrusiak
Jéferson Assunção
Karina de Castilhos Lucena
Luciana Wrege Rassier
Pedro Demenech

Projeto gráfico

Roberto Schmitt-Prym

Capa e ilustração da capa

Andrei dos Santos Cunha

Revisora-chefe

Marianna Ilgenfritz Daudt

Equipe de revisão

Andrei dos Santos Cunha
Anselmo Peres Alós
Cinara Antunes Ferreira
Elizamari Rodrigues Becker
Fernanda Vivaçqua de Souza
Galvão Boarin
Gabriel Pessin Adam
Ian Alexander
Karine Mathias Döll
Marcelo Oliveira da Silva
Rafael de Carvalho Matiello
Brunhara
Vinícius Casanova Ritter

Como citar este livro (ABNT)

CUNHA, Andrei; FERREIRA, Cinara (org.). **Mundopoética: geopolíticas do literário**. Porto Alegre: Bestiário / Class, 2020.

BESTIÁRIO



Rua Marquês do Pombal, 788/204
CEP 90540-000

Porto Alegre, RS, Brasil
Fones: (51) 3779.5784 -
99491.3223
www.bestiario.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

M965 Mundopoética: Geopolíticas do literário / organizado por Andrei dos Santos Cunha, Cinara Antunes Ferreira. - Porto Alegre, RS : Class, 2020.
292 p. : il. ; 14cm x 21cm.

Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-991765-0-0

1. Literatura brasileira. 2. Ensaios. I. Cunha, Andrei dos Santos. II. Ferreira, Cinara Antunes. III. Título.

2020-1520

CDD 869.94
CDU 82-4(81)

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Literatura brasileira : Ensaios 869.94
2. Literatura brasileira : Ensaios 82-4(81)

SUMÁRIO

- 7** **Prefácio**
Andrei dos Santos Cunha
Cinara Antunes Ferreira
- 13** **Aproximações entre as Relações Internacionais e a Literatura Comparada por meio da história da tradução**
Andrea Cristiane Kahmann
Gustavo Oliveira Vieira
- 37** **Hipóteses para uma poética em interface com a geopolítica**
Andrei dos Santos Cunha
Cinara Antunes Ferreira
- 49** **Literatura Comparada e teoria queer: diálogos e confluências em tempos de internacionalização**
Anselmo Peres Alós
- 70** **Uma análise de *Submissão* de Michel Houellebecq a partir de teorias de Relações Internacionais críticas**
Cícero Krupp da Luz
- 86** **As produções artísticas e literárias de Josefina Plá e Josely Vianna Baptista a partir do barro: vínculos e convivências em perspectiva transnacional**
Débora Cota
- 103** **Tradução literária e *soft power*: o projeto do Instituto de Tradução da Rússia**
Denise Regina de Sales

- 117** **Poesia brasileira traduzida para o inglês:
com que face somos apresentados ao
mundo anglófono**
Elizamari Rodrigues Becker
- 136** **A origem grega da teoria realista de
Relações Internacionais**
Gabriel Pessin Adam
- 164** **“Slavie em Berlim”, de Yoko Tawada — a
escritora e sua escrita sem morada definida**
Gerson Roberto Neumann
- 181** **Algumas coisas que o Brasil me ensinou
sobre a minha literatura**
Ian Alexander
- 208** **Derivações estéticas
da *Ilíada***
Carlos Leonardo Bonturim Antunes
- 222** **Paisagens do íntimo e as poéticas da
internacionalização**
Maria Luiza Berwanger da Silva
- 235** **A antropofagia como crítica política da
cultura contemporânea**
Rejane Pivetta
- 246** **A estranha poesia das mulheres: corpos,
vozes, performances**
Rita Lenira de Freitas Bittencourt
- 261** **Des-figurações do corpo feminino:
textualidade fora da lei**
Rita Terezinha Schmidt
- 276** **Mário de Andrade, diplomata tropical:
cultura negra, música popular e a revista
*Travel in Brazil***
Roniere Silva Menezes

ALGUMAS COISAS QUE O BRASIL ME ENSINOU SOBRE A MINHA LITERATURA

Ian Alexander¹⁰

*This is a book about the time which followed on that time.
As the island became a place where people lived. Indians.
Africans. Europeans.*

Michelle Cliff, **Abeng** (1995)

MIGRAÇÃO

Eu nasci em Sydney, Austrália, e cheguei em Porto Alegre no final de 1998, após a última vez em que Lula perdeu uma eleição. Já contei muitas vezes a história de ser indagado, logo depois da minha chegada, sobre quais autores *da minha literatura* alguém deveria ler, e responder com nomes como Shakespeare. O meu interlocutor me informou que Shakespeare era inglês, e eu não entendi por que ele achava necessário fazer uma afirmação tão evidente. A anedota serviria para ilustrar a ideia de que, aqui, *a minha literatura* seria necessariamente a literatura do meu país, enquanto lá *a minha literatura* era a literatura do meu idioma. A história é verdadeira, mas ficou um pouco calcificada depois de vinte anos, e a interpretação é preguiçosa. Mesmo naquela época, por exemplo, eu sabia que eu nunca tinha aprendido a me enxergar tão facilmente em obras estadunidenses quanto em obras britânicas, mas o fato é que o próprio conceito da *minha literatura* nem fazia parte do meu pensamento antes de ouvir a pergunta. Não foi o caso de eu responder com a tranquilidade de saber o que era *a minha literatura* e descobrir que a categoria funcionava de maneira diferente em Porto Alegre e em Sydney.

¹⁰ Doutor em Literatura Comparada, UFRGS. Professor adjunto, Instituto de Letras, UFRGS.

Foi mais uma questão de pensar “A minha literatura? Se fosse um chinês falando, eu poderia imaginar que fosse a literatura ocidental, mas um brasileiro também é ocidental, então devem estar perguntando sobre a literatura da minha língua, a *English literature*, com a ambiguidade inevitável que aquela expressão traz entre a literatura da Inglaterra e a literatura da língua inglesa”.

English era a matéria no ensino fundamental e médio em que estudávamos a literatura de autores nascidos na Inglaterra, mas também em outras partes das Ilhas Britânicas, nos Estados Unidos e na Austrália. Era essa a literatura que estudávamos, mas nunca ouvi que fosse a *minha* literatura, do mesmo jeito que ninguém me disse que a matemática ou a química que estudávamos fosse *minha*. Na Universidade de Sydney, na década de 80, escolhi estudar *English*, novamente com autores ingleses, irlandeses, escoceses, estadunidenses e australianos. Dessa vez, porém, as disciplinas obrigatórias se concentraram na tradição britânica, enquanto as obras australianas e estadunidenses apareciam principalmente em eletivas. Seria possível tirar várias conclusões dessa organização: que toda a literatura de língua inglesa era de alguma maneira *minha*, mas que a literatura da minha nação era uma parte menor e secundária do conjunto; ou que a parte australiana era talvez mais *minha*, mas mesmo assim menos importante do que a parte britânica; ou que o conceito de *minha literatura* era tão ausente quanto o conceito de *minha trigonometria*. Na Universidade Charles Darwin, na década de 90, fiz uma especialização em *English* que tinha quatro disciplinas: uma sobre poesia metafísica (britânica, do século XVII), outra sobre Hemingway e Faulkner (estadunidenses), uma terceira sobre o romance britânico no contexto europeu, incluindo autores em tradução, como Cervantes, Pierre Menard, Flaubert e Umberto Eco, e a última sobre ficção anglófona da década de 80, com autores do Reino Unido, do Canadá, dos Estados Unidos, da Austrália, da Somália, da África do Sul e da Nigéria. Em nenhum momento surgiu a questão de uma faceta dessa literatura ser mais *minha*, ou de um desses autores ser mais *nosso* que os outros.

Foi lá pela mesma época da minha chegada em Porto Alegre que descobri que, apesar de ter nascido na Austrália, eu também tinha nascido na Oceania. Tanto no ensino formal

quanto na vida cotidiana, o termo *Oceania* não existia na minha infância. Até eu começar a conversar com brasileiros, tive como senso comum o modelo de sete continentes — a Ásia, a Europa, a África, a América do Norte (que inclui a América Central), a América do Sul, a Antártida e a Austrália — e, além deles, um número enorme de ilhas. Se alguém tivesse me perguntado qual era o ponto mais fraco desse modelo, eu teria indicado a distinção arbitrária entre a grande massa asiática e a sua península ocidental, a Europa. A separação tectônica entre as Américas do Sul e do Norte parecia suficientemente clara para ser inquestionável, e o uso do substantivo *America* em inglês no singular só podia significar os Estados Unidos, nunca as duas Américas. Não é de se surpreender que é esse modelo de seis continentes, incluindo a Eurásia, que é o senso comum na Rússia. Eu desconhecia por completo o modelo francês, amplamente difundido no mundo latino, que mantém a divisão entre a Ásia e a Europa, mas junta as duas Américas, elimina a Antártida por completo, e coloca a massa continental da Austrália junto com as pequenas ilhas do Pacífico.

Obviamente, eu queria que o meu senso comum fosse mais objetivo, racional e verdadeiro que o senso comum dos outros. Como assim, a Austrália não é um continente? Como assim, a Antártida não é nada, quando é maior que a Austrália? Como assim, a América é uma coisa só, quando mesmo a FIFA — tão francesa quanto a palavra *Oceania* — reconhece a necessidade de distinguir entre o Sul e o Norte? Ah, argumentavam os meus interlocutores, mas a FIFA também coloca a Austrália na confederação da Oceania, e eu tinha que argumentar que o país Austrália pode muito bem fazer parte de algum agrupamento futebolístico, mas que isso não interfere no conceito do continente Austrália, que faz parte do campo da geografia física. Até aquele momento, eu nunca tinha parado para pensar na ambiguidade entre a massa continental Austrália, que existe desde a época dos dinossauros, quando se separou da Antártida, e o país Austrália, que existe apenas desde 1901. Eu queria que o modelo de sete continentes fosse racional como uma descrição de grandes áreas de terra, mas tive que aceitar a pouca lógica da divisão da Eurásia. Eu reconhecia a validade da ideia da América como experiência da geografia humana, mas sabia que seria impossível usar o mesmo raciocínio para sustentar a

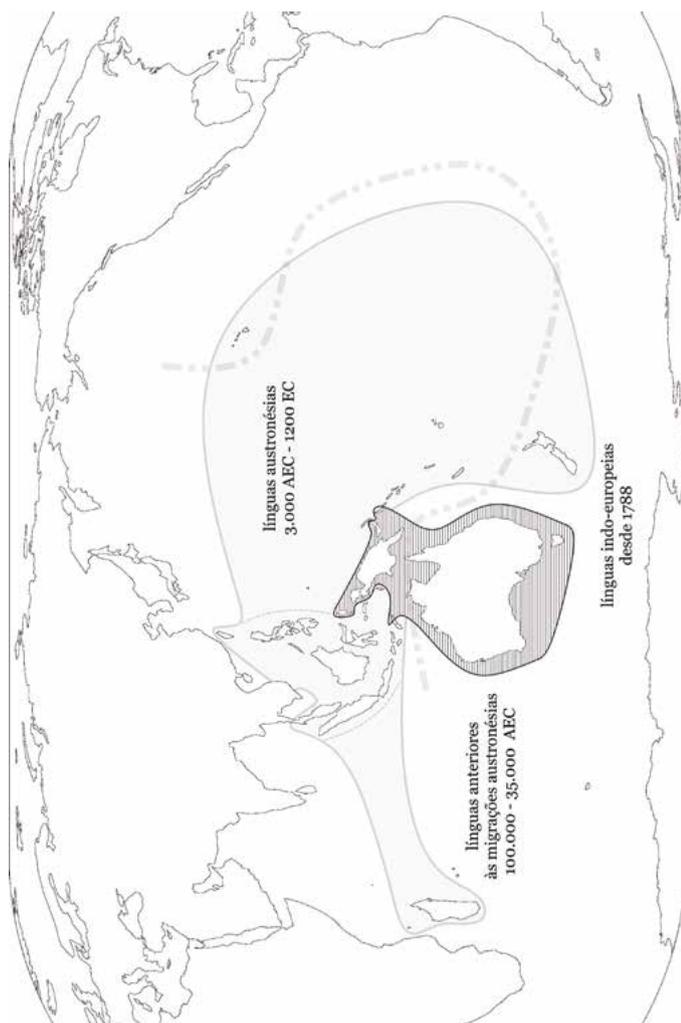


Figura 1 — As ilhas do grande oceano. Fonte: elaboração própria

separação entre os árabes do oeste da Ásia e os árabes do norte da África. E a Oceania? Que tipo de conceito seria?

Quem olhasse o nosso planeta do espaço perceberia com facilidade que é dominado pela água, e que aquela água se divide em duas partes principais: o grande oceano abraçado pelo arco de terra que chamamos pelos nomes de África, Ásia e América, e também delimitado pelo continente gelado da Antártida, e um segundo oceano, mais estreita, entre a América, a África e a Europa. Se olhasse com bastante cuidado, o nosso observador enxergaria uma pequena brecha naquele enorme arco, separando a Eurásia da América. Também encontraria, dentro do grande oceano, quase ligado à Ásia por um arquipélago umbilical, o quarto maior pedaço de terra no planeta, a Austrália. Dentro daquele megacontinente de Euroásia, o nosso observador talvez notasse o corpo de água entrecortado que chamamos de Mediterrâneo, mas não haveria motivo algum para usar aquele mar como ponto de partida para denominar as partes do mundo.

Dentro do Mediterrâneo há um mar menor ainda, o Egeu, cuja margem ocidental (hoje, a Grécia) ficou conhecida há muito tempo como a Europa e cujo lado oriental (hoje, a Turquia) foi então chamado de Ásia. Para os gregos da época de Homero, o mundo tinha somente esses dois lados. Com o tempo, o nome *Ásia* se expandiu para o Leste, passando a englobar um território tão enorme e tão variado que inclui a Arábia, a Índia, a Coreia e a Sibéria, mais aquela vasta franja de ilhas no lado noroeste do Pacífico. O conceito de Europa, por sua vez, passou a incluir as regiões de colonização grega no lado norte do Mediterrâneo — principalmente a península que passou a ser o centro do Império Romano e que hoje em dia se conhece como a Itália — e tudo que se estende de lá até o Ártico e o Atlântico.

Assim como os gregos enxergavam o mundo a partir da Grécia, os romanos entendiam tudo como centrado em Roma. O Mediterrâneo continuou a ser um marco importante, e eles (os romanos, os europeus) deram o nome de *África* para o território que ficava para o sul deles, no outro lado daquele mar, hoje chamado de Tunísia, de Líbia, de Argélia. Como ocorreu com os outros nomes, este acabou se estendendo para longe da sua origem, para o sul e para além do Saara, até englobar toda

a face da Terra entre o Marrocos, o Egito e os mares do sul do mundo.

Na época antes de Colombo, tudo deve ter parecido bastante simples para os europeus: o Mediterrâneo era o centro do mundo, e a terra se dividia entre a Europa para o norte, a Ásia para o leste e a África para o sul. Pronto. Ou quase, porque o navegador acabou encontrando uma outra terra a oeste que, depois de uma bela campanha feita pelos amigos de Américo Vespúcio, acabou recebendo o nome de América. Agora, sim, estava tudo resolvidíssimo: norte, sul, leste, oeste; Europa, África, Ásia, América. Mas, já que o mundo não é plano, faltava a terceira dimensão. Além das quatro direções cardinais, existem as antípodas: aquilo que não fica nem para a o norte, nem para o sul, nem para o leste, nem para o oeste, mas simplesmente no outro lado do globo. Com a exceção da Indonésia, não há quase nada de terra seca entre a Austrália e Lima (Peru), San Francisco (EUA), Beijing (China), Calcutá (Índia) e Cidade do Cabo (África do Sul), mas todas essas cidades ficam mais perto de Londres que da capital australiana, Canberra.

Como conjunto físico, a definição mais simples de Oceania seria *as ilhas do Pacífico*, se não fosse que a Austrália (sendo ou não uma ilha) não é propriamente *do Pacífico*, sendo banhada também pelos oceanos Índico e Antártico, e que muitas das ilhas que são do Pacífico fazem parte de países de continentes adjacentes: a Ilha da Páscoa pertence ao Chile, as ilhas Galápagos ao Equador, as ilhas do Havai aos EUA e as ilhas Kuril à Rússia, enquanto o Japão, as Filipinas e grande parte da Indonésia são vistos como parte da Ásia. Assim, uma definição mais completa seria *a Austrália, a Nova Guiné e a Tasmânia (que fazem parte da mesma placa tectônica), a Nova Zelândia e as outras ilhas menores do Pacífico que não pertencem a países sul-americanos, norte-americanos, eurasiáticos ou asiáticos.*

Como categoria da geografia humana, a Oceania junta a Austrália e a Nova Guiné (povoadas há cem mil anos, onde tribos podiam viver no meio do deserto ou nas montanhas tropicais durante cem gerações sem ver o mar) às ilhas da Nova Zelândia, povoadas há cerca de oitocentos anos. Ao mesmo tempo, separa a Nova Zelândia e o restante do Pacífico de Madagascar, também povoada durante as migrações dos povos de língua austronésia, mas incluída na África em função da proximidade física. Em

termos da história mais recente, a Oceania abrange populações de maioria branca (na Austrália e na Nova Zelândia) e outras que só conheceram gente branca depois da Segunda Guerra Mundial (no interior da Nova Guiné). A Figura 1 representa a sobreposição desses três momentos de migração.

Dentro das ilhas pequenas do Pacífico, tem países que nunca foram colonizados (o Reino de Tonga) e países que foram colonizados sucessivamente pela Espanha, pela Alemanha, pelo Japão e pelos Estados Unidos (as Ilhas Marshall), ilhas ainda essencialmente intocadas pela modernidade, e ilhas usadas para testar armas nucleares. Num esquema centrado no Mediterrâneo, a Oceania é a resposta *nenhuma das alternativas* para a pergunta *em qual continente fica a Austrália?* Eu não queria ter nascido em *nenhuma das alternativas*.

Foi nesse estado de espírito, depois de descobrir que eu estava morando em um lugar onde a Austrália não é um continente e onde apenas obras australianas podem fazer parte da *minha literatura*, que ingressei no mestrado em Teoria Literária na PUCRS. Entrei em um grupo de pesquisa de teoria pós-colonial, acreditando que me ajudaria a pensar sobre a Austrália e o Brasil: duas grandes federações, os dois maiores países no hemisfério sul, e dois lugares onde a literatura surgiu com a transplantação de línguas e de tecnologias europeias. Infelizmente para mim, o grupo se dedicava à leitura de teóricos que versavam sobre outras questões, porque vieram de tradições literárias mais antigas que a inglesa: Edward Said, do mundo árabe, e Homi Bhabha, do mundo indiano.

Ao mesmo tempo, entrei em diálogo com um grupo (agora extinto) que se chamava *Federal Commonwealth Society*, e que advogava uma federação do Reino Unido com o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, países que eles descreviam como sendo de cultura britânica. Até aquele momento, eu só teria usado a palavra *britânico* para descrever algo pertencente às Ilhas Britânicas, embora nunca tenha me passado pela cabeça imaginar que a América *Latina* pertencesse à região do Lazio. De repente, parecia fazer mais sentido pensar a Austrália junto com o Canadá e a Nova Zelândia no contexto desse *mundo britânico* do que de um *mundo anglófono*, que de alguma maneira incluiria também os Estados Unidos e Cingapura.

Grande parte da minha dissertação — uma teorização sobre

como montar uma comparação entre romances históricos sobre o sul do Brasil e o sudeste da Austrália — foi movida pelo desejo de pensar esses dois lugares como províncias culturais dos mundos latino e britânico, respectivamente. O trabalho de Benedict Anderson sobre a história do conceito de nação foi útil, apesar de nem o Brasil, nem a Austrália caberem nos seus modelos. Alan Lawson, investigando as literaturas da Austrália e do Canadá, contribuiu com o conceito do *segundo mundo*, para descrever culturas que são produtos da colonização europeia e se sentem secundárias em relação ao passado europeu da tradição escrita, e em relação ao passado indígena do lugar onde foram transplantadas. Foi na obra de Alfred Crosby que encontrei a ideia das *neo-Europas*, que seriam os três lugares (na costa leste da América do Norte, nos pampas da América do Sul e no sudeste da Austrália) onde as armas, as doenças, as plantas e os animais da colonização europeia resultaram em territórios com populações majoritariamente brancas e culturas preponderantemente derivadas da Europa.

Olhando a proposta da minha dissertação agora, quinze anos depois, me parece que fiquei deslumbrado ao ver Crosby tratar do Rio Grande do Sul e da Austrália na mesma página, como instâncias da mesma coisa. Apesar de eu ter elaborado um modelo para tratar dessas duas culturas em termos de povos indígenas, povos colonizadores, e povos trazidos à colônia contra a sua vontade — publicado como “Leituras novomundistas” (ALEXANDER, 2007) —, não parei para pensar adequadamente sobre a amplitude cultural do conceito de *latino*, nem pensei muito além da literatura dos colonizadores.

Na arguição da dissertação, Luís Augusto Fischer disse, entre outras coisas, que o que faltava era um senso de processo histórico. Eu sabia que tal pensamento estava ausente, mas não que faltava, e um dos motivos para eu tentar ingressar no doutorado na UFRGS foi o desejo de entender o porquê. Nessa nova fase, entrei em contato com o pensamento de Antonio Candido: interessante por partir de uma leitura histórica da relação entre a literatura e a sociedade, mas frustrante por insistir que a unidade do Império Brasileiro (e, mais tarde, da República) implicava necessariamente a existência de uma (e apenas uma) nação naquele território. Talvez o mais importante dos meus encontros intelectuais dos anos do doutorado foi com

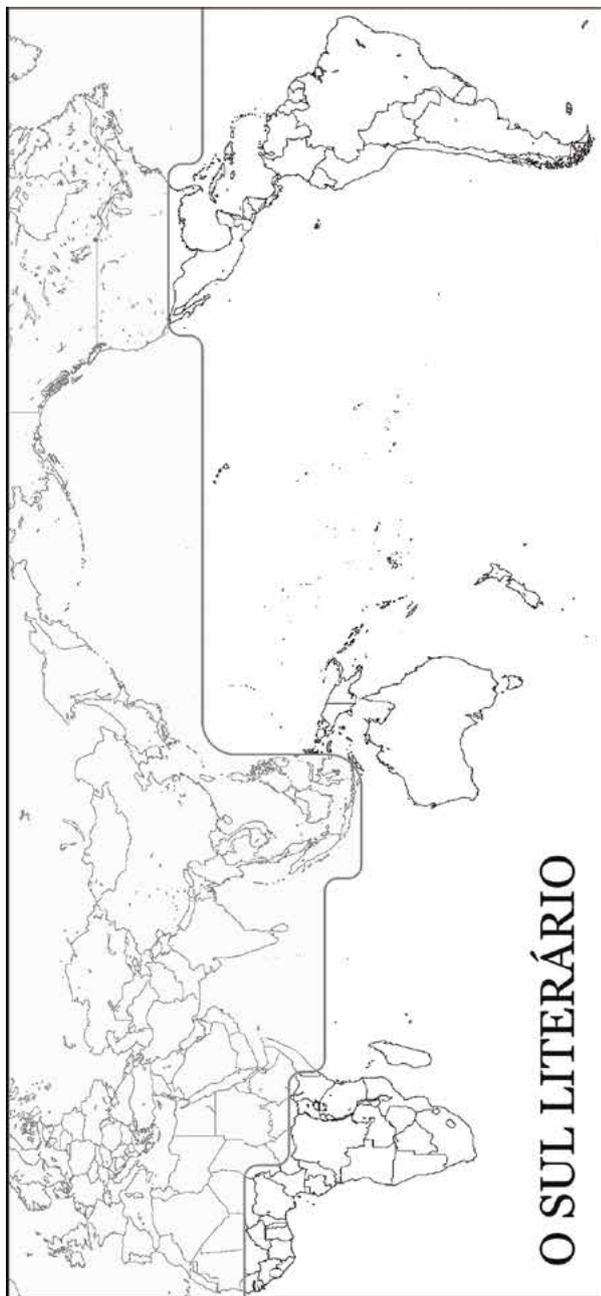


Figura 2 — O Sul Literário. Fonte: elaboração própria

a abordagem de Franco Moretti: comecei a lidar com números e estatísticas, comecei a elaborar planilhas e mapas de populações de países e de regiões, de números de falantes de vários idiomas, de tamanhos de cidades e de áreas metropolitanas. Foi no embate não com os métodos de Moretti, mas com os recortes (primeiro europeu, depois “mundial”), que eu comecei a pensar em termos do *Novo Mundo*. Essa seria a parte do mundo (principalmente nas Américas e na Austrália) onde as línguas e as culturas do oeste da Europa se transformaram em culturas e literaturas pelo menos parcialmente novas. Louis Hartz contribuiu com uma perspectiva sobre como as sociedades transplantadas no Novo Mundo não eram simplesmente *a portuguesa* ou *a inglesa*, mas como cada colônia recebia um fragmento específico de certo momento histórico de cada lugar. A Inglaterra que enviou prisioneiros para Sydney não era a mesma de onde partiram os puritanos para as Américas, e cada uma tinha valores culturais bem distintos daqueles dos conquistadores ibéricos.

Para além das Neo-Europas de Crosby, comecei a pensar nas comarcas culturais da América Latina, descritas por Angel Rama, nas ilhas literárias do Brasil, na visão de Vianna Moog, nas nações culturais dentro dos Estados Unidos, como analisadas por David Fischer, possíveis regiões literárias da Austrália, num artigo de Philip Mead. Eu analisei o **Cânone Ocidental** de Harold Bloom como falante de inglês, mas não estadunidense; li a **Formação da Literatura Brasileira** como falante de português, mas longe de São Paulo; acabei publicando os resultados como **Formação nacional e cânone ocidental** (ALEXANDER, 2013). Nos termos da dissertação, das raízes indígenas, colonizadores e escravizadas / prisioneiras, o meu foco continuava essencialmente fixado na parte mais perto de mim, a Neo-Europeia. Ter como recorte o Novo Mundo implicitamente incluía o Caribe anglófono, de cultura fortemente derivada daquela dos africanos escravizados, mas a abordagem estatística favorecia os grandes centros urbanos e as regiões organizadas em torno deles. Eu tinha mais interesse em entender cidades como Sydney e Porto Alegre em relação aos centros das suas respectivas línguas; mesmo reconhecendo que cidades como Salvador e Recife são centros do mesmo porte de Porto Alegre, eu não entrei nas suas especificidades étnicas e

culturais.

Depois de ser chamado para trabalhar na UFRGS em 2012, continuei na mesma direção: participei dos seminários de pesquisa organizados por Luís Augusto Fischer e Homero Araújo, li mais literatura australiana (que eu estava começando a enxergar como *minha*), traduzi contos de Henry Lawson (escritor proletário nascido na Austrália em 1867), e realizei uma comparação desses contos com os **Contos Gauchescos** do seu contemporâneo, Simões Lopes Neto, comparação que foi o meu projeto inicial de tese para o doutorado. Durante esse período, uma das minhas principais interlocutoras foi Karina Lucena, que olhava a literatura do Brasil a partir do ângulo da América Hispânica, e especialmente da região do Prata. Até 2016 ou 2017, esse foco em paralelos entre a literatura da Austrália e as literaturas do sul das Américas me parecia acertado: incluí obras australianas nas disciplinas de literatura, orientei Trabalhos de Conclusão de Curso sobre obras australianas, ministrei uma disciplina eletiva de literatura australiana do século XIX.

Quando preparei o projeto de pesquisa sobre Lawson e Simões, eu tinha reconhecido a necessidade de analisar como esses dois autores (homens brancos livres) representavam pessoas que não eram homens, ou não eram brancos, ou não eram livres, mas era ainda eu, o homem branco livre, fazendo os ajustes necessários. Ao longo da pesquisa, percebi que a situação — literária, acadêmica, social, histórica — exigia muito mais que isso, e convidei uma aluna negra, Giovanna Bianchini, a fazer parte do grupo. Na época, ainda não entendia que essa consciência fazia parte de um novo ciclo que já tinha começado. De certa forma, estava esgotado o ciclo da migração, de me tornar marido de uma mulher brasileira, e estava em curso o ciclo da adoção, de me tornar pai de duas crianças negras.

ADOÇÃO

Em novembro de 2008, minha esposa e eu adotamos um bebê de vinte e poucos dias de idade, um menino de pele mais escura que a minha, e de feições que pareciam puxar mais ao lado africano que ao europeu. Eu sabia que o meu cérebro, treinado na Austrália, não reconhecia categorias étnicas do mesmo

modo que os habitantes de Porto Alegre. Eu não sabia quem ia ser visto como negro, quem ia se identificar como negro, nem o que eu deveria pensar ou dizer a respeito. Eu já tinha errado. Eu já tinha ofendido pessoas. Mas, de repente, essa questão passou a ter a ver com a minha própria família, com quem eu e o meu filho poderíamos ser na sociedade brasileira, dominada fazia séculos por uma classe de pessoas brancas que achava perfeitamente legítimo comprar, vender, torturar e escravizar pessoas negras, e que continuava achando perfeitamente adequado ficar com os lucros do trabalho daquelas pessoas enquanto descendentes delas ficavam na miséria. De repente a história de um dos piores crimes já cometidos pelo ser humano vivia dentro de mim.

Aos poucos, enquanto o meu filho crescia, passei a olhar para as pessoas de um jeito diferente. Em vez de me sentir estrangeiro, sabendo que nenhuma das figuras que passava por mim na rua era amigo de infância meu, muito menos parente, comecei a entender que o meu filho poderia ter sido adotado por outras pessoas e ser filho de outras pessoas, que ele poderia passar por mim na rua, sem eu saber que ele poderia ter sido o meu filho. Comecei a perceber os tons de pele, os formatos de olho, de lábio e de nariz das pessoas ao meu redor, e a imaginar o meu filho crescido, e a especular se uma ou outra dessas pessoas poderia ser mãe ou pai biológico dele. Comecei a imaginar que cada pessoa negra que passava por mim poderia ser um parente de sangue do meu filho, que poderia ser alguém que, daqui a alguns anos, a gente ia passar a conhecer e com quem trocaríamos histórias sobre as nossas respectivas vidas e sobre esse filho que nos unia. Comecei a entender que, em alguma medida, eu tinha me tornado parente de todas essas pessoas negras.

Certamente a pessoa mais fundamental que conheci nesse período foi a professora, então mestranda, agora doutoranda, Roberta Pedroso: uma mulher negra estudando autoras negras, com a paciência para conversar comigo sobre experiência que nunca tive, e para me amparar em todas as minhas dúvidas. Eu tinha trabalhado com os contos de Paulo Scott numa das disciplinas de tradução, e queria trabalhar com uma escritora negra. Foi em 2015 que a Roberta me sugeriu o livro **Leite do Peito**, de Geni Guimarães, que eu resolvi usar no ano seguinte;

foi no final de 2015 que a minha esposa e eu adotamos uma menina, também negra, de dois anos. No primeiro semestre de 2016, comecei a trabalhar com os contos da Geni, e foi naquele mesmo semestre que convidei a Giovanna a integrar a pesquisa sobre Lawson e Simões; em 2017, incluí um romance do sul-africano J. M. Coetzee numa disciplina de literatura. Presença negra na literatura, mas ainda em literatura de autoria branca; literatura de autoria negra, mas só na disciplina de tradução.

Na época da dissertação — estudando obras que versavam sobre o período da colonização, e em parte para mostrar a distância entre certas teorias pós-coloniais e os contextos australiano e sul-rio-grandense — eu tinha começado a pensar em termos de culturas indígenas colonizadas, culturas neo-europeias, e culturas afro-americanas. Aos poucos, esses três polos se converteram em três categorias, como se as culturas pudessem ser classificadas conforme essa divisão, como se eu tivesse o conhecimento para ler determinada obra e distinguir todos os elementos com essas origens, como se eu tivesse a capacidade de entender qualquer obra de origem neo-europeia, mas nenhuma de origem indígena ou afro-americana. Como se a minha escolha de uma obra de Coetzee dependesse de algo além da minha ignorância de autores negros.

Em 2017, ainda pensando dentro do paradigma neo-europeu, eu me envolvi na organização de dois eventos que ajudaram a me mostrar os seus limites. Para o VII Colóquio Sul de Literatura Comparada, que tinha o tema *Arquipélagos*, propus uma ilha de atividades com o título “Literatura ao Sul”, junto com Karina Lucena e Mônica Stefani, pesquisadora e tradutora da literatura australiana. Ao lado de trabalhos envolvendo obras da Austrália, do sul do Brasil, do Uruguai, da Argentina e do Chile, também recebemos propostas sobre obras da África do Sul (das mesmas latitudes), do Brasil tropical, e da Colômbia, no hemisfério norte. Para o Salão de Iniciação Científica, na semana seguinte à do Colóquio, eu tinha organizado uma sessão sobre o tema “Literatura Ocidental — o Sul”, que reuniu apresentações de duas orientandas de Karina Lucena, duas orientandas minhas (sobre Lawson e Simões), e duas de Liliam Ramos, sobre romances hispano-americanos com protagonismo negro. O Sul que eu tinha pensado inicialmente como um paralelo entre o lugar onde nasci e o lugar onde eu

morava tinha se transformado em algo que abrangia toda a América até o Caribe e alguma porção da África.

Resolvi ampliar as minhas leituras, oferecer uma disciplina de literatura africana, talvez outras, do Caribe, do Pacífico. Li sobre as zonas climáticas da África, os grupos étnicos e as famílias linguísticas, os impérios e as religiões. Li sobre as incursões europeias, os portos, o comércio, o tráfico de escravizados, a colonização, as guerras, as fronteiras, o pan-africanismo, as independências. Descobri que o imperialismo britânico na África subsaariana se divide facilmente em três regiões: o oeste, foco do tráfico escravizante, o sul, foco das primeiras populações brancas permanentes, e o leste, de colonização bem mais recente. Escolhi romances dos principais países de cada região: a Nigéria no oeste, a África do Sul e o Quênia no leste. Eu esperava encontrar apenas diferença, mas comecei a reconhecer pontos de contato com aspectos da Austrália e da Papua Nova Guiné, enquanto os alunos ajudaram a fazer a ponte entre a África e o Brasil.

Ao mesmo tempo, no primeiro semestre de 2018, participei como aluno da disciplina de literatura afro-latino-americana, ministrada por Liliam Ramos e senti o desejo de fazer parte de um mundo cultural como esse da América Latina. Até aquele momento, minha concepção da América consistia em um grande bloco anglófono no norte, dois grandes blocos latinos no sul, e uma pequena parte no meio que mal tinha entrado nos cálculos. A leitura de Antonio Benítez Rojo me mostrou que o Caribe é o núcleo das Américas, do Novo Mundo, e de toda a experiência da modernidade dos últimos cinco séculos. Eu me apaixonei. Comecei a estudar a geografia e a história do Caribe, li obras literárias de meia dúzia de países e, novamente, encontrei semelhanças com as minhas memórias da Austrália, senti aquela sensação de pertencimento. E, no primeiro semestre de 2019, outros alunos reconheceram paralelos com a vida brasileira, desde a história das relações raciais até às conversas em família. Daí, ainda sem ter chegado a uma definição da *Literatura ao Sul* de dois anos atrás, eu já estava envolvido com o VIII Colóquio Sul de Literatura Comparada, pensando sobre Literatura Comparada e Relações Internacionais, lendo sobre o Pacífico, e tentando dar forma à ideia de um *Sul Literário*, para dar coerência às várias facetas do meu trabalho.

Na época do mestrado, me afastei de certas leituras de teóricos dos mundos árabe e indiano, onde a literatura europeia tinha encontrado uma literatura local já muito bem estabelecida, e entrei na emboscada de tentar separar as raízes literárias dos povos indígenas, colonizadores e escravizados. A convivência com Andrei Cunha e a leitura do TCC de Nathália Martins sobre a história da escrita no Japão me fizeram prestar mais atenção nessa questão que eu tinha escanteado como sendo simplesmente fora do meu escopo. No presente momento, me parece que um dos fatos fundamentais da história da literatura no Brasil (e na Austrália) é justamente o de ter surgido do encontro de uma tradição literária europeia com experiências novas que a própria língua não estava preparada para expressar.

As literaturas ensinadas na Universidade de Sydney, onde fiz a minha graduação, são representadas por uma dúzia de sistemas de escrita, dispostos num arco entre o Japão e a Itália, passando pela Coreia, a China, a Índia, a Arábia, Israel e a Grécia. Desses sistemas, o árabe se espalhou até a Ásia Central, por todo o norte da África, e até o sudeste asiático, sendo uma ferramenta importante na propagação do Islã, enquanto a escrita latina ocupou o centro e o oeste da Europa. Grande parte do espaço ao norte daquele arco foi preenchido pelo alfabeto cirílico, presente na UFRGS, mas não na Universidade de Sydney. Fora daquele espaço — ou seja, na América, na África ao sul do Saara, e na região que aprendi a chamar de Oceania —, a cultura, a memória, a religião e a narrativa continuavam sendo elaboradas e transmitidas na fala, no canto, na dança, na pintura, no uso cerimonial de desenhos, de tatuagens e de escarificações, mas a ideia de um texto permanente e capaz de ser decodificado como uma sequência exata de palavras chegou apenas com o imperialismo ultramarino da Europa ocidental, a partir de 1492.

Para um leitor chinês na China, ou um leitor inglês na Inglaterra, as forças da vivência e da tradição literária surgem do mesmo chão, mas para a grande maioria dos leitores das línguas portuguesa e espanhola, e parte importante daqueles da língua inglesa, elas puxam necessariamente em direções diferentes: a própria ideia de um texto escrito puxa na direção da Europa. Para um leitor tupi no Brasil, ou um leitor igbo na

Nigéria, a força da ancestralidade surge do mesmo chão do cotidiano. Para um leitor branco no Paraná ou na Nova Zelândia, a ancestralidade chama de volta para a Europa, junto com a tradição escrita. Mas um leitor negro na Bahia ou na Jamaica, descendente de africanos escravizados, é chamado em três direções pela vivência americana, pela ancestralidade africana, e pela tradição europeia. Derek Walcott, poeta da ilha caribenha de Santa Lúcia, expressa essa condição ao dizer que “vira-latas que sou, algo em mim desperta quando vejo a palavra Axante, bem como a palavra Warwickshire”, citando o poderoso império da África ocidental e o condado inglês onde nasceu Shakespeare (WALCOTT, 1971, p. 10).

De certa forma, essas três experiências poderiam se aplicar igualmente a leitores anglo-americanos (estadunidenses ou canadenses), mas a literatura norte-americana já se tornou um segundo centro no mundo anglófono, e me parece que um dos fatos cruciais da literatura brasileira (e também da australiana) é que nunca perdeu a sua sensação de vira-latismo em relação às literaturas do atlântico norte. Certamente o Canadá tem um papel menor que o dos Estados Unidos na literatura norte-americana, mas é um país que integra os altos círculos do poder da OTAN e do G7, e a sua cidade principal, Toronto, fica dentro do campo de forças da cidade de Nova York, assim como Montevideo em relação a Buenos Aires. Como resultado, a região do globo que trato como o Sul Literário é aproximadamente aquela representada na Figura 2.

Nesse momento atual, diferente dos meus focos teóricos anteriores nas Neo-Europas e no Novo Mundo, me interessa menos em encontrar classificações absolutas e mais em pensar como eu posso auxiliar os meus alunos brasileiros a dialogar com o mundo que escreve em inglês. As disciplinas obrigatórias de literatura anglófona na UFRGS são denominadas *inglesa e norte-americana*, o que, na prática significa *das Ilhas Britânicas e dos Estados Unidos*. A minha colega Marta Ramos trabalha com a literatura indiana e com a literatura indígena da América do Norte, que tem as suas raízes em culturas anteriores à linha reta que separa os Estados Unidos do Canadá. Eu já incluí obras canadenses em disciplinas de literatura britânica, e várias obras caribenhas envolvem migrações ao Canadá e aos Estados Unidos. A literatura do Canadá, a literatura negra dos Estados

Unidos e a literatura indígena desses dois países têm as suas ligações com as literaturas do Sul, mas de maneira periférica. Se eu fosse canadense, a minha visão do mundo anglófono seria diferente, mas eu nasci em um lugar onde faz 30 graus no dia de Natal. Se eu morasse na Guatemala e tivesse no meu horizonte a cultura maia e o **Popol Vuh**, as minhas conclusões sobre a América Latina seriam outras, mas os meus alunos são brasileiros.

Onde é que se encontram esses dois fatores (a relação com o texto escrito e a relação com o poder) no mundo anglófono? Principalmente naquele estranho organismo que se chama a Comunidade (Britânica) das Nações.

O SUL LITERÁRIO

Quando o meu pai nasceu, em maio de 1927, os mundos lusófono e anglófono estavam em uma situação essencialmente análoga: por um lado, uma metrópole europeia (Portugal, o Reino Unido), ainda com suas colônias em vários continentes; por outro lado, um grande país imperial na América (o Brasil, os Estados Unidos). Na verdade, o Império Britânico abrangia não apenas colônias, como a Índia ou a Jamaica, mas também protetorados (o Reino de Tonga, por exemplo, que nunca deixou de ter a sua própria monarquia), mandatos da Liga das Nações (ex-colônias turcas, como a Palestina, ou alemãs, como a Tanzânia) e cinco domínios: a Irlanda, o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia e a África do Sul. Esses últimos — a parte mais branca e menos tropical do Império — já se governavam via parlamentos derivados do modelo britânico, eram basicamente autônomos em todas as decisões domésticas, mas não eram atores internacionais. Não existia no mundo nenhuma embaixada australiana, como também não existia nenhum cidadão australiano; o meu pai nasceu súdito britânico.

As mudanças começaram em 1931, quando o parlamento britânico votou o Estatuto de Westminster, declarando unilateralmente que não tinha mais o poder de legislar pelos domínios, e os transformando em países plenamente independentes: nenhuma guerra, nenhuma declaração, nenhum grito de independência ou morte, nenhuma data heroica para

comemorar. Esses cinco novos países continuariam como partes do Império, compartilhando a mesma monarca do Reino Unido, tendo os mesmos direitos de opinar inclusive sobre questões de sucessão, e passariam a compor, junto com a metrópole, a nova Comunidade Britânica de Nações, a Commonwealth. No Império Espanhol, a descolonização chegou junto com a rejeição da monarquia, e o resultado foi a América hispânica. No Império Britânico, a descolonização chegou sem a rejeição da monarquia, e o resultado foi a Comunidade. No Império Brasileiro, a rejeição da monarquia chegou sem nenhuma descolonização, e o resultado foi o Brasil.

Com a independência dos domínios, quatro mandatos da Liga das Nações, ex-colônias alemãs, passaram a ser administradas por três desses novos países: o Sudoeste Africano (atual Namíbia) pela África do Sul; a Samoa Ocidental, pela Nova Zelândia; e Nauru e o Território de Nova Guiné, pela Austrália. Assim, a Austrália passou a ter controle sobre toda a metade oriental da ilha de Nova Guiné, juntando esse mandato, no lado norte da ilha, à Papua, a colônia australiana no lado sul: dois territórios divididos por uma linha imaginária que passava por terras extremamente montanhosas e jamais visitadas por europeu algum.

Em 1932, o Iraque se tornou independente; pela primeira vez desde a perda dos Estados Unidos no século XVIII, o Império Britânico estava encolhendo. Na década seguinte à Segunda Guerra Mundial, esse processo continuou com mais independências no Oriente Médio (Jordão, Israel, Líbia, Egito e Sudão) e no sul da Ásia (Birmânia), e até nas próprias Ilhas Britânicas, quando a Irlanda renunciou a sua ligação com a monarquia e saiu da Comunidade Britânica. Nesse mesmo período, as outras colônias no sul da Ásia também se tornaram repúblicas independentes. Para não perder a ligação com a parte mais populosa do mundo anglófono, a Comunidade se reorganizou: tirou do nome a palavra *Britânica*, e passou a ser chefiada não pelo Rei George VI enquanto monarca, mas pelo mesmo homem no papel novo de Chefe da Comunidade.

Em agosto de 1956, o meu pai tinha 29 anos e foi trabalhar no Território de Papua e Nova Guiné. Àquela altura, a categoria de cidadão australiano já tinha sido criada, ainda existiam colônias britânicas na Europa, na América, na África, na Ásia

e na Oceania, e a Comunidade tinha oito membros: o Reino Unido, o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia, a África do Sul, a Índia, o Paquistão e o Ceilão.

Foi apenas em outubro de 1956 que ficou claro que o Império Britânico estava não apenas encolhendo, mas acabando, quando o Reino Unido e a França descobriram que, apesar de terem a força militar para derrotar o Egito, não tinham a força política para manter o controle do Canal de Suez. No dia 6 março de 1957, uma grande onda de descolonização começou com a independência de Gana, a primeira na África subsaariana, se excluirmos a pseudo-independência da minoria branca na África do Sul. Nos 27 anos que se seguiriam, 48 países se tornaram independentes dentro do antigo império; desses, apenas seis não continuaram como membros da Comunidade. Nos primeiros vinte anos da minha vida — de 1963 a 1983 —, o maior período sem um novo país se tornar membro da Comunidade foram os 738 dias entre junho de 1976 e julho de 1978. Os nomes desses países, dos seus movimentos de independência, dos seus novos presidentes, faziam parte do dia-a-dia de uma criança que crescesse e se tornasse adulta na Austrália. A Comunidade e os seus membros constituíam um foco evidente para imaginar o mundo: as reuniões bienais entre os Chefes de Governo, os Jogos quadrienais da Comunidade, os contatos esportivos com os países do Pacífico no rúgbi, e do Caribe e da Ásia no críquete, os conflitos sobre o *apartheid*, os manifestantes presos quando a seleção de rúgbi da África do Sul foi convidada para jogar na Austrália, em 1971, e na Nova Zelândia, em 1981. Na minha infância, era bem mais comum ouvir notícias do Zimbábue ou das Ilhas Fiji do que do Brasil ou da França. Era muito mais comum conhecer pessoas do Sri Lanka do que do Chile.

Quando o meu pai morreu, em setembro de 2019, a Comunidade tinha 53 membros (19 na África, 13 nas Américas, 11 na Oceania, 7 na Ásia, e 3 na Europa), variando em população entre 10 mil habitantes (Tuvalu) e 1,4 bilhões (Índia), e em área entre 21 quilômetros quadrados (Nauru) e quase 10 milhões (Canadá). Além do próprio Reino Unido, podemos excluir o Canadá, os três membros africanos (Camarões, Moçambique e Ruanda) que nunca foram colônias britânicas e não são países anglófonos, e nove países que já conheciam a literatura escrita

antes da colonização britânica. São as ilhas mediterrâneas de Malta e Chipre, o mundo indiano (Índia, Paquistão, Bangladesh e Sri Lanka), com a sua própria tradição literária, gigantesca tanto em volume quanto em antiguidade, e os três países do sudeste asiático (Malásia, Cingapura e Brunei), que falam versões da língua malaia, a qual já era representada com a escrita árabe séculos antes de ser adaptada ao alfabeto latino. Se acrescentarmos Zimbabwe, que entrou na Comunidade ao se tornar independente, que depois se afastou (como fizeram Fiji e a África do Sul), e já solicitou a sua reintegração, o total fica em 40 países. A Tabela 1 organiza esses países por continente e por faixa de população, usando o número de habitantes dos estados brasileiros para fins de comparação:

Tabela 1 — Países anglófonos e estados do Brasil

pop. (milhões)	estados do Brasil	países da Comunidade Britânica		
		África	Oceania	América
>50		Nigéria		
		África do Sul		
		Tanzânia		
22–50	SP	Quênia	Austrália	
		Uganda		
		Gana		
14–22	MG	Malawi		
	RJ	Zâmbia		
	BA	Zimbabwe		
7–14	PR / RS	Serra Leoa	Papua-Nova Guiné	
	PE / CE / PA			
	SC / MA / GO			
3–7	AM / PB / ES		Nova Zelândia	
	RN / MT			
	AL / PI			

0,5–3	MS / SE	Namíbia	Fiji	Jamaica
	RO / TO	Gâmbia	Ilhas Salomão	Trinidad e Tobago
	AC / AM / RR	Botswana		Guiana
		Lesoto		
		Maurícia		
		Suazilândia		
<0,5		Seychelles	Vanuatu	Belize
			Samoa	Bahamas
			Kiribati	Barbados
			Tonga	Santa Lúcia
			Nauru	Granada
			Tuvalu	São Vicente e Granadinas
				Antígua e Barbuda
				Dominica
				São Cristóvão e Nevis

Fonte: elaboração própria

Três dos países africanos têm mais pessoas que o estado de São Paulo, e outros 16 (principalmente ilhas no Caribe e no Pacífico) têm menos pessoas que Roraima. Enquanto as populações do Brasil têm uma forte concentração entre 3 e 14 milhões de pessoas, apenas três dos países anglófonos ficam nessa faixa. Quase 20% desses países têm mais pessoas que Minas Gerais, e outros 40% têm menos que meio milhão. Como no Brasil, mais que 80% da população desses países mora na zona tropical; apenas a Austrália e a Nova Zelândia têm a maior parte da sua população a mais que 30 graus de latitude da linha do equador.

Ao contrário do Brasil, que não tem nenhum país vizinho que compartilhe a língua portuguesa, trinta desses quarenta países anglófonos compartilha uma fronteira terrestre ou marítima com pelo menos um dos outros. Dos dez restantes, os

dois maiores — Nigéria e Gana — ficam a menos que 200 km de distância, e os outros dois da África ocidental — Gâmbia e Serra Leoa —, a menos que 500 km. Na América, Bahamas fica a menos que 100 km da Flórida, Dominica fica a menos que 100 km de Santa Lúcia, e a Jamaica é sede de uma universidade pública internacional que serve todo o Caribe anglófono. Mesmo as ilhas no Oceano Índico — Maurícia e Seychelles — ficam mais perto uma da outra que Porto Seguro e São Luís do Maranhão. Uma das consequências dessa proximidade é que tem pouca pressão para se pensar o estudo da literatura em termos de sistemas nacionais. Mesmo na Nigéria, com uma população de quase 200 milhões de pessoas, a principal universidade do país oferece dez disciplinas de Literatura Africana, e apenas uma que se limita à literatura do próprio país. Depois da *Introdução a Literatura Nigeriana* no segundo semestre, o aluno pode escolher disciplinas como *Poesia oral africana*, *Narrativa oral africana*, *Gêneros verbais africanos tradicionais*, *Drama africano*, *Poesia africana*, *Ficção africana*, e *Autores africanos contemporâneos*. No quarto ano do curso, as opções abrangem a diáspora africana, com *Literatura caribenha*, *Literatura afro-americana*, e *Literatura negra mundial*.

Os outros países lusófonos do Sul Literário têm uma distribuição de populações e de latitudes comparável àquela dos países anglófonos: Angola e Moçambique na casa dos 30 milhões, Guiné-Bissau, Timor-Leste, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe com menos que dois milhões, e tudo nas latitudes tropicais, com a exceção do extremo sul de Moçambique. A cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, fica mais perto de Guiné-Bissau que do Rio Grande do Sul, mas as literaturas lusófonas da África e do Brasil são ensinadas na UFRGS por professores de setores diferentes.

As outras línguas imperiais que mantêm uma presença significativa no Sul são o espanhol e o francês. Conforme as definições dos Tratados de Tordesilhas e de Saragoça, quase todo o Pacífico ficava na metade espanhola do planeta, inclusive o terço oriental da Austrália, onde ficam os três estados mais populosos do país. Assim como o Império Português perdeu para os holandeses as ilhas que agora são a Indonésia, o Império Espanhol foi perdendo influência ao ponto de não existir nenhum país de língua espanhola entre a costa

oeste da Califórnia e o Guiné Equatorial, na África Central. Certa influência permanece nas ilhas que levam os nomes de monarcas espanholas (as Filipinas, as Marianas, as Carolinas), e o primeiro romance das Filipinas foi escrito em espanhol, mas hoje em dia é essencialmente na América hispânica que se encontram paralelos literários com o Brasil. São 18 países, ocupando todas as latitudes entre 32° norte e 55° sul, com populações variando entre mais de 120 milhões de habitantes no México e três milhões e meio no Uruguai. Com a exceção do México, cuja população é maior que as dos próximos três países juntos, todos se encontram dentro da mesma faixa de população dos estados brasileiros, ou seja, com até 50 milhões de habitantes. Embora menor que todos os países de língua espanhola, com pouco mais que três milhões de pessoas, o território estadunidense de Porto Rico também faz parte da América hispânica. Cedido aos EUA em 1898, junto com Cuba e as Filipinas, a população da ilha é maior que a de qualquer um dos países anglófonos do Caribe e nunca deixou de falar espanhol. Na UFRGS, o setor de espanhol ministra disciplinas obrigatórias de literatura hispano-americana, mantendo um foco importante no Sul Literário e evitando a noção de sistemas literários nacionais.

A porção francófona do Sul Literário difere das outras três por dois motivos. Em primeiro lugar, com a exceção do Haiti, a língua francesa é representada na América e na Oceania não por países independentes, mas por territórios que ainda pertencem à França: Guadalupe, Martinica, Guiana Francesa, Polinésia Francesa, Nova Caledônia e outros, menores. Em segundo lugar, é nos países francófonos da África que surgem as questões mais complexas da relação entre a tradição árabe e a tradição europeia. A Nigéria se divide basicamente na metade entre grupos étnicos cristãos e muçulmanos, e tinha pelo menos um centro importante de ensino islâmico no território de Gana antes da chegada dos europeus, mas não me parece injusto identificar as raízes da literatura escrita dos dois países principalmente com a tradição britânica. Ao norte desses países, porém, a linha traçada no mapa na Figura 1 para marcar uma separação aproximada entre norte e sul passa por Mauritânia, Senegal, Mali, Níger, Chade, e a República Centro-Africana, todos de colonização francesa, e todos de forte

presença muçulmana. Fora a Mauritània, que tem o árabe como língua oficial, eu incluo esses países nos meus cálculos do Sul Literário¹. Talvez seja por esses motivos que a literatura do Sul francófono não tenha uma presença forte nas disciplinas do setor de francês na UFRGS.

A Tabela 2 apresenta os números de países e territórios nas quatro línguas e nos três continentes, divididos pelas mesmas faixas de população da Tabela 1.

Tabela 2 — Números de países do Sul Literário por língua e continente

pop. (milhões)	português			inglês			espanhol			francês		
	AM	AF	OC	AM	AF	OC	AM	AF	OC	AM	AF	OC
>50	1				3		1					1
22 - 50		2			3	1	4					4
14 - 22					3		3					4
7 - 14					1	1	5			1		5
3 - 7					1	1	6*					2
0,5 - 3		2	1	3	6	2		1				2
<0,5		1		9	1	9				3*		2*

AM = América; AF = África; OC = Oceania; * = territórios dependentes: Porto Rico (EUA), na América espanhola, e 5 territórios franceses.

Fonte: elaboração própria

Os mais de noventa países e territórios incluídos aqui no Sul Literário têm uma população total de mais que um bilhão e meio de pessoas. Uma medida do afastamento desse mundo dos centros de poder é o fato de que, entre 1901 e 2019, a Academia Sueca concedeu apenas doze prêmios Nobel de Literatura a escritores desses países, sendo oito da América, três da África e uma da Oceania. Esse número pode ser comparado com os 71 prêmios dados a autores dos países da União Europeia (com menos que um terço da população do Sul Literário), ou com os 14 prêmios dados a autores da Escandinávia, com uma

¹ O Sudão do Sul, país majoritariamente negro e cristão, recém separado do Sudão, país majoritariamente árabe e muçulmano, é uma questão que ainda não comecei a investigar.

população ligeiramente maior que aquela do estado de Minas Gerais, mas também com um único prêmio para todo o mundo muçulmano. Os doze prêmios para autores que escrevem em espanhol se dividem igualmente entre a América Latina (cuja população ultrapassa 400 milhões de pessoas) e a Espanha (com menos de 50 milhões de habitantes)².

O Brasil é o maior dos países desse Sul, seguido em área pela Austrália e pela Argentina; e pela Nigéria e pelo México, em termos de população. Esses países são comparáveis? Geralmente, essa pergunta tem a ver com a percepção da Austrália enquanto país do chamado primeiro mundo, como se isso garantisse uma experiência de vida uniformemente afluyente, ou uma literatura homogeneizada. Sim, o PIB per capita da Austrália é mais alto que o do Brasil, mas também é mais baixo que o da Arábia Saudita, para citar outro país com uma população similar à da Austrália, e que também depende economicamente da indústria extrativa³. Dos países contabilizadas na Tabela 1, 64 têm mais que um milhão de habitantes, e 51 deles aparecem no mais recente Índice de Complexidade Econômica. Entre os países do Sul, o Brasil aparece em quarto lugar nesse índice — atrás do México, da Costa Rica e do Uruguai, e à frente da Nova Zelândia —, enquanto a Austrália fica em 25º lugar, entre o Paraguai e o Peru⁴. Ao lado de toda essa complexidade, o Brasil também é um dos países mais desiguais. Não seria implausível argumentar que qualquer cultura do Sul encontraria ecos na literatura das culturas indígenas, afro-americanas e neo-europeias do Brasil, e que qualquer cultura do Brasil poderia se ver espelhada na literatura de algum desses outros países.

Se um dia alguém voltar a me pedir indicações de quais autores da minha literatura um brasileiro deveria ler, vou lembrar de obras escritas em inglês na Oceania, na África e no Caribe. Vou até citar nomes australianos — Jack Davis, Helen Garner — mas também vou poder mencionar Russell Soaba, de Papua Nova Guiné, e Patricia Grace, da Nova Zelândia, Epeli Hau'ofa, de Tonga, e Sia Figiel, de Samoa, Chinua Achebe, da Nigéria, e Bessie Head, de Botsuana, Peter Abrahams, da África

² Baseado nos dados da Nobel Foundation.

³ Baseado nos dados do International Monetary Fund.

⁴ Baseado nos dados do Atlas of Economic Complexity.

do Sul, e Rebecka Njau, de Quênia, Derek Walcott, de Santa Lúcia, e Pauline Melville, da Guiana, V. S. Reid, da Jamaica, e Merle Hodge, de Trinidad...

REFERÊNCIAS

- ABRAHAMS, P. *Mine Boy*. London: Heinemann, 1963.
- ACHEBE, C. *Things Fall Apart*. New York: Penguin Random House, 2017.
- ALEXANDER, I. Leituras novo-mundistas. *Outra Travessia*: Revista de Literatura da UFSC. Florianópolis, n. 6, p. 7-30, 1º semestre de 2007.
- ALEXANDER, I. *Formação nacional e cânone ocidental*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.
- ANDERSON, B. *Imagined communities*: reflections on the origin and spread of nationalism. 2.ed. London: Verso, 1991.
- ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY**. Disponível em: <<http://atlas.cid.harvard.edu/rankings/>>. Acesso em: 26 dez. 2019.
- BLOOM, H. *The western canon*. London: Papermac, 1995.
- CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*: momentos decisivos 1750-1880. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.
- CLIFF, M. *Abeng*. New York: Plume, 1995.
- CROSBY, A. *Ecological imperialism*: the biological expansion of Europe, 900-1900. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- DAVIS, J. *No Sugar*. Sydney: Currency, 1993.
- FIGIEL, S. *Where We Once Belonged*. New York: Kaya, 2007.
- FISCHER, D. H. *Albion's Seed*: Four British folkways in America. New York: Oxford University Press, 1989.
- GARNER, H. *The Children's Bach*. Melbourne: McPhee Gribble, 1984.
- GRACE, P. *Cousins*. Auckland: Penguin, 2011.
- GUIMARÃES, G. *Leite do peito*. 2 ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2001.
- HARTZ, L. *The founding of new societies*: Studies in the history of the United States, Latin America, South Africa, Canada, and Australia. New York: Harcourt, Brace & World, 1964.
- HAU'OFA, E. *We are the Ocean*. Honolulu: University of Hawai'i, 2008.
- HEAD, B. *When Rain Clouds Gather*. Long Grove: Waveland, 2014.

- HODGE, M. **Crick Crack Monkey**. Long Grove: Waveland, 2013.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND**. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/datamapper/PPPPC@WEO/THA>>. Acesso em: 26 dez. 2019.
- LAWSON, A. *A cultural paradigm for the second world*. **Australian-Canadian studies**, v. 9, n. 1-2, p. 67-78, 1991.
- MARTINS, N. **A Tradução na Formação da Tradição Japonesa**: um panorama sobre tradução no Japão. Trabalho de conclusão de curso. UFRGS, 2018.
- MEAD, P. *Nation, literature, location*. In: PIERCE, P. (Org.). **The Cambridge history of Australian literature**. Melbourne: Cambridge, 2009. p. 549-567.
- MELVILLE, P. **The Ventriloquist's Tale**. New York: Bloomsbury, 1997.
- MOOG, V. **Uma interpretação da literatura brasileira**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2006.
- MORETTI, F. **A literatura vista de longe**. Tradução de Anselmo Pessoa Neto. Porto Alegre: Arquipelago, 2008.
- NJAU, R. **Ripples in the Pool**. London: Heinemann, 1975.
- NOBEL FOUNDATION**. All Nobel laureates in literature. Disponível em: <http://nobelprize.org/nobel_prizes/literature/laureates/index.html> Acesso em: 26 dez. 2019.
- POPOL VUH**: o esplendor da palavra antiga dos Maias-Quiché de Quauhtlemallan: aurora sangrenta, história e mito. Tradução crítica e notas de Josely Vianna Baptista. Introdução e notas de Adrián Recinos Ávila. São Paulo: Ubu, 2019.
- RAMA, A. Regiões, culturas e literaturas. Tradução de Raquel la Corte dos Santos e Elza Gasparotto. In: AGUIAR, F; VASCONCELOS, S. (Org.). **Angel Rama**: Literatura e cultura na América Latina. São Paulo: Edusp, 2001. p. 281-336.
- REID, V. **New Day**. Leeds: Peepal Tree, 2016.
- ROJO, A. *La isla que se repite*: para una reinterpretación de la cultura caribeña. In: **Cuadernos Hispanoamericanos**, Madrid, n. 429, p. 115-132, mar. 1986.
- SCOTT, P. **Ainda Orangotangos**. Porto Alegre: Livros do Mal, 2003.
- SOABA, R. **Maiba: A Papuan novel**. Boulder: Lynne Rienner, 1996.
- WALCOTT, D. *What the Twilight Says*. In: **Dream on Monkey Mountain and other plays**. New York: Farrar Straus and Giroux, 1971. p. 3-40.